

MONOPARENTALIDADE FEMININA E PATRIARCADO COLONIAL: UMA ANÁLISE DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS

Rebeca Galvão de Souza¹, Matheus Barbosa de Oliveira², Michele Pereira Vilas Novas³, San Thiago de Araújo e Silva⁴

¹Estudante do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: rebeca.souza2@estudante.ifto.edu.br

²Docente do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. Orientador. e-mail: matheus.oliveira@ifto.edu.br

³Docente do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: michele.novas@ifto.edu.br

⁴Docente do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: san.silva@ifto.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero, legitimada ao longo da história ocidental por narrativas mitológicas e práticas sociais, consolidou a inferioridade feminina e reforçou a mentalidade patriarcal e colonialista. No Brasil, desde o período colonial, hierarquias sociais resultaram na subjugação de povos indígenas, africanos e das mulheres, perpetuando exclusões que atravessam séculos. Esse processo naturalizou a responsabilização feminina pelo cuidado da família, especialmente no caso das mães solo. Assim, é necessário repensar os papéis atribuídos às mulheres na contemporaneidade, visando à equidade, à justiça e à valorização de suas experiências frente à ordem hegemônica.

A escolha pelo tema das mães solo surgiu da experiência pessoal de uma das pesquisadoras, que se insere nessa realidade. Essa vivência, longe de limitar o olhar, possibilita um ponto de partida situado, em diálogo com as epistemologias feministas que defendem a relevância da experiência encarnada como categoria de análise. Para Minayo (2000) a escolha de um tema surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. Assim, a pesquisa busca ampliar a compreensão do fenômeno para além da experiência individual, problematizando-o no campo social e acadêmico.

2 OBJETIVO

Analisar como o patriarcado e o capitalismo se articularam na construção social do gênero, promovendo a divisão sexual do trabalho e restringindo a atuação feminina ao espaço familiar.

3 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de caráter exploratório e bibliográfico, com abordagem qualitativa, fundamentada em perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais. Segue-se Minayo (2000), que aponta a pesquisa qualitativa como adequada à interpretação de fenômenos sociais. Como referência metodológica, Chantler e Burns (2015) orientam a análise crítica das relações de poder; Hooks (2018) contribui com a perspectiva interseccional; e Lugones (2014) com a noção de colonialidade de gênero. Para a análise, mobilizam-se ainda conceitos de Bourdieu (2021) sobre violência simbólica, Saffioti (2010; 2013) sobre opressão patriarcal, Federici (2017) sobre trabalho reprodutivo e Biroli (2018) sobre divisão sexual do trabalho.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em obras clássicas e contemporâneas de referência, cuja leitura crítica e cruzamento teórico permitem compreender a monoparentalidade feminina em sua dimensão social, histórica e política.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A monoparentalidade é a condição em que apenas um dos genitores assume sozinho a criação e educação dos filhos, sendo majoritariamente protagonizada por mulheres. Diversos fatores podem levar a essa configuração, como separações, dificuldades financeiras, gravidez na adolescência, casamentos precoces ou escolhas pessoais. Embora homens também possam vivenciar tal realidade, o peso social, financeiro e afetivo recai quase sempre sobre as mulheres, que enfrentam jornadas exaustivas, empregos precarizados e maior vulnerabilidade social.

Historicamente, a família monoparental foi marginalizada no Brasil, sobretudo até a metade do século XX, quando seus filhos eram considerados ilegítimos. Apesar de avanços legais previstos na Constituição de 1988 e em legislações posteriores, a configuração ainda sofre estigmas, pois o discurso social privilegia o modelo patriarcal como ideal de família (Fonseca, 1997). Nesse contexto, mães solo enfrentam discriminações que reforçam a ideia de que a maternidade é função natural da mulher, vinculada a valores de submissão e à desvalorização de sua autonomia.

O estudo das relações de gênero evidencia como diferenças biológicas foram transformadas em desigualdades sociais que legitimaram a dominação masculina. Para Bourdieu (2021), o patriarcado naturaliza tais relações, convertendo construções sociais em aparentes determinações biológicas, o que sustenta a liderança masculina e relega as mulheres a papéis subalternos. Saffioti (2010) e Lugones (2014) ressaltam que esse sistema controla a sexualidade e os papéis femininos, naturalizando funções de cuidado e submissão. Como consequência, consolidam-se violências como sexismo, machismo e a divisão sexual do trabalho (Biroli, 2018), perpetuando uma visão androcêntrica e binária que estrutura costumes e instituições.

Bourdieu (2021) argumenta que essa dominação se manifesta por meio da violência simbólica, um poder quase imperceptível que atua pelas vias da comunicação, do conhecimento e da cultura, legitimado por instituições como a família, a escola, a igreja e o trabalho. Essa violência molda os corpos e subjetividades femininas, disciplinando condutas e impondo a resiliência diante da desigualdade. Assim, o *habitus*, conceito formulado pelo autor, expressa a interiorização dessas estruturas sociais, naturalizando desigualdades de gênero e sustentando práticas como machismo, misoginia e masculinidade tóxica.

O capitalismo intensificou essa lógica ao associar o patriarcado à divisão sexual do trabalho, confinando as mulheres ao espaço doméstico e subordinando sua força de trabalho. Saffioti (2013) aponta que o sistema reduziu as mulheres à dependência masculina, enquanto Federici (2017)

demonstra como o trabalho doméstico e de cuidados, ainda que essencial, foi desvalorizado e explorado como recurso gratuito pelo capital. Essa divisão impediu a autonomia feminina, ampliando sua vulnerabilidade social, econômica e política, sobretudo quando associada a marcadores como classe e raça.

Nesse contexto, Biroli (2018) ressalta que a privatização dos cuidados desarticulou a mentalidade coletiva, reforçando a subordinação das mulheres e agravando desigualdades quando combinadas a outros fatores sociais. Badinter (1985) evidencia como o mito do amor materno reforçou a ideia de que as mulheres nasceram para cuidar, justificando sua sujeição social. A situação torna-se ainda mais crítica no caso da monoparentalidade feminina, na qual mães solas enfrentam estigmas por não se enquadrarem no padrão patriarcal de esposa submissa, ao mesmo tempo em que assumem, sozinhas, responsabilidades financeiras, sociais e afetivas.

Em contraposição, a perspectiva decolonial (Lugones, 2014) e a teoria feminista negra trazem análises interseccionais que evidenciam como gênero, raça, classe e maternidade se entrelaçam na produção de desigualdades. Essas abordagens permitem desnaturalizar a dominação masculina, questionar o patriarcado capitalista e propor alternativas inclusivas. Assim, compreender o gênero como construção histórico-social é essencial para desconstruir estigmas, reconhecer diferentes experiências femininas e avançar em direção à equidade e justiça social.

Apesar dos avanços, a maternidade solo ainda está cercada de estigmas e desafios. Além da responsabilidade integral pelo cuidado e sustento, a mãe solo enfrenta solidão, precarização social e ausência de políticas públicas eficazes. Tal sobrecarga compromete sua vida pessoal, sexual e emocional, enquanto o abandono paterno reforça desigualdades históricas sustentadas pelo patriarcado e pela divisão sexual do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrecarga enfrentada pelas mães solas decorre de estruturas patriarcais e colonialistas que, por meio da divisão sexual do trabalho, reforçam processos de subordinação e marginalização. Essa realidade evidencia disputas de poder que moldam identidades e experiências femininas, tornando essencial visibilizar as relações de gênero que atravessam a monoparentalidade. Tal reflexão permite compreender como essas mulheres são afetadas por estereótipos e preconceitos, além de destacar a importância de propostas políticas transformadoras voltadas à equidade social e de gênero. As especificidades da monoparentalidade feminina frequentemente resultam em preconceitos e exclusões, refletidos na restrição de oportunidades profissionais, acadêmicas e sociais. A condição de mãe solo impacta a autoestima, a carreira e a inserção em espaços de convivência e lazer, ampliando vulnerabilidades e adiando processos emancipatórios.

Constata-se a importância de políticas públicas que assegurem equidade de gênero e oportunidades às mães solo, garantindo acesso e permanência em espaços profissionais e educacionais. Isso envolve ampliar direitos, garantir a pensão alimentícia e fortalecer programas de proteção à família monoparental. Apesar dos preconceitos e das desigualdades estruturais, essas mulheres resistem e lutam por emancipação financeira, afetiva e social. O debate é relevante por ampliar a visibilidade acadêmica e social do tema, promovendo empatia e uma visão mais democrática sobre a diversidade familiar.

6 AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores do IFTO que, a partir do nosso grupo de leitura e discussão de textos, contribuíram significativamente para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIROLI, Flávia. **Divisão Sexual do Trabalho e Democracia**. Dados, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201690>
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. 53. Ed., 1 reimpressão – **Brasília**: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- CHANTLER, K.; BURNS, D. Metodologias Feministas. In: Somekh, B.; Lewin, C. (Orgs.). **Teorias e métodos da pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FONSECA, C. L. W. Ser mulher, Mãe e Pobre. In: M. Del Priore (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- HOOKS, Bell. **O Feminismo é Para Todo Mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Recurso digital, 2018.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um Feminismo Descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro, p. 940-941, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** – Pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: Mito e Realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna. (Coleção polêmica, 2010).